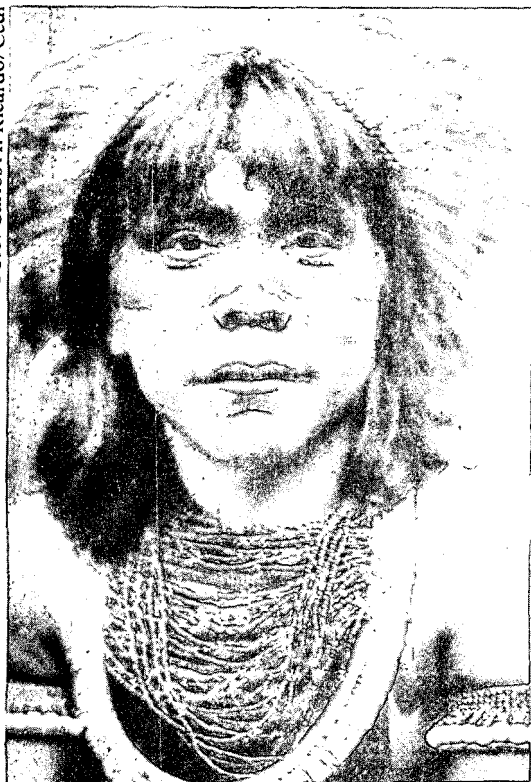


Aconteceu

CONSTITUINTE: A VOTAÇÃO FINAL

Foto: Carlos A. Ricardo/Cedi



Finalmente, a Constituinte acelerou seus trabalhos e deve promulgar a nova Constituição Brasileira agora em setembro. Até o fechamento dessa nossa edição, havia a promessa de encerrar a votação no dia 1º de setembro. A partir daí, os constituintes partem para a elaboração do texto final. Já aprovado e sem chances de mudanças. Alguns dos itens aprovados durante o esforço concentrado dos constituintes (que começou a dar certo no segundo dia de convocação) estão nas páginas 2 e 3.

**Eleição para prefeito
será feita em um turno**

(Pág. 3)

**Greve dos professores
continua no Rio e PR**

(Pág. 7)

Caiapós não admitem processo contra índio

Paulo Paiakã (foto) é um dos índios ameaçados com a Lei dos Estrangeiros. Estrangeiros quem, cara pálida? (Última página)

**Meio ambiente: as queimadas na Amazônia
e o mercúrio nos rios**

Constituinte nacionaliza os minerais

O Congresso constituinte manteve dia 30 o texto aprovado em primeiro turno que estabelece a estatização das jazidas, minas e demais áreas de recursos minerais. A exploração só poderá ser feita por empresas brasileiras de capital nacional, mediante a autorização da União. Isto significa o fim dos contratos de risco para a exploração de petróleo. Os constituintes também mantiveram o texto que proíbe a desapropriação da propriedade rural produtiva para fins de reforma agrária. Emenda do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), além de 15 outras similares, defendendo a supressão da proibição, foram derrubadas em bloco por 233 votos a 186 e 11 abstenções. Ficou estabelecido que a lei irá prever "tratamento especial à propriedade produtiva e fixará

normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". Ainda pelo texto aprovado, o pagamento das desapropriações será feito em títulos da dívida agrária. As benfeitorias serão ressarcidas em dinheiro. O resultado da votação sobre o tema foi a única vitória significativa dos "conservadores" no segundo turno. Eles contaram com o apoio da UDR (União Democrática Ruralista).

Também já está definido o capítulo que trata da política urbana. Os constituintes decidiram que as desapropriações de imóveis nas cidades só poderão ser praticadas mediante prévia indenização em dinheiro. As exceções serão os imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados. (Folha de S. Paulo - 30/08/88)

A ordem econômica da nova Carta

Principais pontos

Princípios - O ordem econômica deve observar os seguintes princípios: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.

Empresa nacional - Empresa brasileira de capital nacional é aquela cujo controle efetivo esteja sobre o domínio de pessoas domiciliadas e residentes no país ou de entidades de direito público interno.

Estatização dos recursos minerais - As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica pertencem à União.

Exploração dos recursos minerais - A pesquisa e a exploração dos recursos minerais somente poderão ser efetuadas por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional.

Monopólio da União - Constituem monopólios da União a pesquisa e exploração das jazidas de petróleo e gás natural, a refinação, exportação e importação de petróleo.

Reforma urbana - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia indenização em dinheiro, exceto em imóvel não edificado, subutilizado ou não -utilizado.

Reforma agrária - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

Aconteceu
No. 469 - setembro 1988
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio AIII
Veri Maria Massagão Ribeiro

Xico Teixeira
Coordenador:
Jethel Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Lígia Dutra
Composição
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Ulysses manobra e adia 2 turnos

Com o voto de 293 parlamentares e valendo-se de um artifício que não estava previsto em seu regimento, o Congresso constituinte decidiu dia 30 que as eleições municipais de novembro acontecerão em turno único. Antes disso foi aprovada a manutenção do sistema de dois turnos para as eleições de presidente, governador e, a partir de 1992, também para prefeito e vice nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Antes de dar início à votação do artigo que estabelece eleições em dois turnos para prefeitos, o deputado Ulysses Guimarães abriu um precedente no regimento do Congresso constituinte.

O regimento da Constituinte não permite, na atual fase dos trabalhos a votação de emendas que acrescentem novidades ao texto já aprovado em primeira votação pelos parlamentares. Essa regra foi quebrada uma primeira vez, quando um acordo de lideranças abriu caminho para a inclusão de um artigo sobre inelegibilidades no texto das Disposições Transitórias. Alegando semelhança de situações Ulysses quis aplicar a mesma regra para permitir que, depois de votado o texto permanente para as eleições municipais, fosse incluída a exceção nas disposições transitórias para as eleições deste ano. (Folha de São Paulo - 31/08/88)

Aumentam os recursos para educação

A Constituinte assegurou dia 30, que 18 por cento dos recursos da União e 25 por cento dos recursos dos Estados e Municípios terão de ser aplicados em educação, com prioridade para o ensino da primeira à oitava série. As escolas comunitárias, religiosas e beneficentes, sem fins lucrativos, poderão receber recursos públicos e só serão distribuídas bolsas de estudo às escolas privadas quando for comprovada a carência de vagas na rede oficial, ficando o Poder Público obrigado a investir na localidade.

O ensino fundamental será obrigatório e gratuito e o exercício desse princípio poderá ser exigido

do pela comunidade, através de um mandato de injunção - aprovado no título Direitos e Garantias Individuais ; que obriga o cumprimento do que está disposto na Constituição. Foram incluídos, pela primeira vez na história das Constituições brasileiras, instrumentos de valorização do magistério, que serão definidos em lei, garantindo piso salarial profissional, planos de carreira e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

O plenário praticamente menteve o texto aprovado em primeiro turno, com correções de redação no Projeto do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). (O Globo - 31/08/88)

Mantida definição de nacional empresa

A Constituinte provou dia 23, ao confirmar o texto do projeto do Relator Bernardo Cabral, a definição de empresas brasileiras de capital nacional para a qual serão garantidos benefícios especiais e estabelecida proteção nos casos de desenvolvimento de atividades consideradas para a defesa e desenvolvimento econômico e tecnológico. O dispositivo as diferencia das classificadas apenas como "empresas brasileiras", que têm sua administração sediada no País e se regem pelas leis brasileiras.

A definição é estabelecida no inciso 11 do artigo 177 - do Título da Ordem Econômica e Financeira. Os constituintes rejeitaram as duas emendas que propunham sua supressão, apresentadas pelo Deputado Antonio Ueno (PFL-PR) e pelo Senador Roberto Campos (PDS-MT). Serão consideradas empresas brasileiras de capital nacional aquelas cujo

controle do capital votante seja exercido por pessoas físicas domiciliadas no País ou por entidades de direito público interno, que devem exercer, de fato e de direito, o poder decisório sobre suas atividades.

As duas emendas apresentadas pretendiam ampliar a definição. A de Ueno perdeu por 299 votos a 119 e sete abstenções. A de Roberto Campos por 293 votos a 126 e quatro abstenções.

Campos, Ministro do Planejamento do Governo Castello Branco e um dos mais radicais defensores da livre iniciativa e da economia de mercado, prognosticou, durante os 20 minutos em que permaneceu na tribuna defendendo sua emenda - 15 minutos além do tempo regulamentar - que o texto mantido representaria A.o réquiem para o bom senso e o triunfo do obsoleto, da ideologia do umbigo numa época da eficiência?.

Inflação em 12 meses bate recorde

A inflação de agosto foi de 20,66%, segundo anúncio feito dia 30 no Rio pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nos últimos 12 meses, o índice acumulado chegou ao recorde de 495,49%. A URP (Unidade de Referência de Preços) para os reajustes salariais de setembro a

novembro será de 21,39%. O piso nacional de salários vai ficar em torno de CZ\$ 19 mil. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, prevê a estabilização da inflação até o fim do ano. Para ele o índice de julho (24,04%) foi um "acidente". (Folha de São Paulo - 31/08/88)

URP será devolvida só após as eleições

A URP de maio não será devolvida aos funcionários públicos antes das eleições de 15 de novembro, porque o Tesouro não tem recursos para pagá-la. Foi o que afirmou, dia 26, em tom categórico, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em entrevista no Rio. Ele não quis sequer comentar o eventual impacto negativo que essa decisão possa ter sobre o governo nas próximas eleições. "Não sei fazer esse tipo de avaliação. Sei fazer contas", disse o ministro. Sem precisar o mês em que a devolução poderia ser feita, Mailson deixou claro que o governo poderá até esperar as principais databases do funcionalismo - em janeiro e março - para

corrigir os salários defasados pelo congelamento da URP.

Com essas afirmações, Mailson entrou em contradição com o que declarou o seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, no dia 11, também em entrevista no Rio. Na ocasião, Abreu admitiu a possibilidade de a URP ser paga antes das eleições porque, até lá, estaria cumprindo objetivo do decreto que congelou esse mecanismo de reajuste para o funcionalismo: a folha de pagamento do governo fica abaixo de 75% das receitas disponíveis. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

Aposentados terão isenção de imposto

A Constituinte aprovou dia 27 de manhã, isenção do Imposto de Renda para pessoas com idade superior a 65 anos sobre os rendimentos provenientes de aposentaria ou pensões, pagos pela Previdência Social da União dos Estados, do Distrito Fede-

ral e dos municípios. Essa isenção somente será permitida se toda a renda do aposentado for constituída de rendimentos do trabalho. O destaque do deputado Délio Braz (PMDB-GO) foi aprovado por 407 votos contra dois e três abstenções.

Aposentadoria terá reajustes

A Constituinte aprovou dia 30 o novo sistema de Previdência Social, confirmando algumas inovações substanciais votadas no primeiro turno: a inclusão dos trabalhadores rurais, que, mediante contribuição, terão os mesmos direitos concedidos aos urbanos, e a garantia de reajustamento dos benefícios, de modo a preservar, permanentemente, seu valor real.

Além dos benefícios já assegurados ao contribuinte, foram instituídos outros, que serão definidos em lei: ajuda a manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; proteção à maternidade e à gestante; seguro-desemprego; recebimento de pensão pelo cônjuge, companheiro ou companheira e dependentes, no caso de morte de segurado de qualquer sexo; acesso ao sistema por qualquer cidadão que para ele contribua; determinação de que nenhum benefício será inferior ao salário mínimo; e décimo-terceiro salários para aposentados, pago com base nos proventos de dezembro.

Outra mudança importante é a correção monetária no cálculo da aposentadoria, com base na média dos últimos 36 meses de contribuição. A equiparação dos que já estão aposentados está prevista nas Disposições Transitórias. Também foi confirmado o dispositivo que concede aos portadores de deficiência e aos idosos carentes, ou suas famílias, um salário mínimo mensal.

Foi aprovada emenda do Senador Nelson Wedekin (PMDB-SC), eliminando a proibição de recebimentos de incentivos fiscais pelas empresas de previdência privada e mantendo proibida a concessão de subvenções ou auxílios do Poder Público. Apoiada pelos líderes, a proposta teve 331 votos a favor, 58 contra e 5 abstenções.

A votação será complementada pela apreciação das Disposições Transitórias, que contêm mecanismos garantindo recursos para sustentar o sistema.

(O Globo - 31/08/88)

Servidores do Piauí aumentados em 100%

O governador do Piauí, Alberto Silva, concedeu dia 24, um aumento de 100% para os servidores públicos estaduais. O Piauí gasta atualmente Cz\$ 1,4 bilhão com seus 80 mil servidores públicos, e com o aumento, deverá dispende mais de Cz\$ 3 bilhões.

O último reajuste de salário dado pelo Governo do Estado foi em maio, quando os servidores ultrapassaram o piso nacional de sa-

lários. Mas a escalada inflacionária achatou os salários e o reajuste de agora serve apenas para equiparar o salário mínimo dos servidores ao piso nacional.

A mensagem do aumento começou a ser discutida dia 24 mesmo pela Assembléia Legislativa, devendo ser aprovada. (Última Hora - 25/08/88)

Sarney quer tirar atraso na Norte-Sul

O presidente José Sarney está disposto a recuperar o atraso nas obras da ferrovia Norte-Sul provocado pela suspeita de fraude na realização da sua concorrência pública. "Até o final do ano, o primeiro trecho estará concluído", garantem os técnicos da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes e responsável pela condução do projeto. São 100 quilômetros entre Açailândia e Imperatriz, no Maranhão, trecho insignificante se comparado à extensão projetada de 1.570km, mas que está sendo tocado sem interrupção, 24 horas por dia.

Tanta pressa resulta em aumento de custo. Embora a Valec não admita, neste ano serão injetados Cz\$ 51,82 bilhões na Norte-Sul. Desses recursos, Cz\$ 32 bilhões foram retirados do Fundo da Marinha Mercante e outros

Cz\$ 11,82 bilhões autorizados pelo próprio presidente Sarney, no início deste mês, a título de correção monetária do total previsto, pois o orçamento era calculado com base numa inflação de 120% neste ano. Além disso, a Valec já havia recebido Cz\$ 8 bilhões.

São mais três mil homens trabalhando em dois turnos, dia e noite. Nos capacetes, o nome das diversas empresas subempreitadas pela Paranapanema e Cowan para apressar o cronograma.

Apesar desse contingente cuja proporcionalidade em máquinas escavadeiras das mais modernas é respeitada, os acidentes de trabalho são poucos. "Isso, no entanto, não evita as baixas, - diz o engenheiro Lúcio da Nóbrega - todo dia morre algum, abala." (O Estado de São Paulo - 28/08/88)

Vida cruel mata mais cedo as meninas de rua na capital pernambucana

Dos menores que perambulam pelas ruas das cidades brasileiras, 90% são do sexo masculino. Mas, apesar de serem a minoria, as meninas têm um destino mais cruel, pelo menos no Recife. Só 2% dos meninos de rua da capital pernambucana acabam marginais; das meninas, quase nenhuma consegue sobreviver à marginalidade e à prostituição. A maioria morre com 20 anos ou menos, vítimas de doenças causadas pela miséria e pela prostituição ou assassinadas. A conclusão é da advogada pernambucana Ana Vasconcelos, 44 anos, coordenadora de um dos poucos grupos que trabalham com meninas de rua no Brasil: a Brigada em Defesa da Mulher, que funciona

no Recife há três anos.

Com base em estatísticas oficiais e em entrevistas com meninas de rua do Recife, o grupo, constituído por advogados, psicólogas, assistentes sociais e líderes comunitárias, acaba de concluir o livro "Meninas de rua (Foi porque o amor valeu...)", que vai ser lançado em setembro. Primeira publicação que chega às livrarias do país tratando especificamente das meninas de rua, o livro já teve parte da primeira edição comprada antecipadamente pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), que encomendou 500 exemplares. O livro sugere também um modelo de tratamento para as meninas de rua. (JB - 26/08/88)

Professores encurtam aulas na proporção dos salários

Em protesto pelos baixos salários, os 429 professores das 79 escolas municipais de Ijuí (a 415 quilômetros de Porto Alegre) reduziram a duração das aulas de 50 para 30 minutos, na tentativa de conseguir um novo piso salarial. Em assembléia, eles rejeitaram as contrapropostas de reposição salarial encaminhadas pela Prefeitura, e, em manifesto, frisam que continuarão ministrando aulas curtas, proporcionais ao que recebem mensalmente. Os professores ganham Cz\$ 16.300.

A vice-presidente da Associação dos Professores Municipais de Ijuí, Astrid Schmit, afirmou que o movimento vai continuar por tempo indeterminado, até que a Prefeitura ponha em prática o plano de carreira aprovado há dois anos pela Câmara Municipal que estabelece como piso três salários mínimos de referência. Astrid Schmit não acredita que o movimento vá prejudicar o ano letivo: "Os pais estão do nosso lado e entendem que os salários são muitos baixos", afirmou. (JB - 25/08/88)

31 milhões sem merenda escolar

Os 31 milhões de crianças assistidas pelo Programa da Merenda Escolar, a cargo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do Ministério da Educação, vão ficar sem alimentos durante a primeira semana de setembro. A informação é do presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho e Silva, que disse ser necessária a liberação de uma verba suplementar de Cz\$ 28 milhões para não ocorrer situação idêntica no início de novembro.

A situação mais grave é a de Santa Catarina e Paraíba, onde não haverá estoque nas escolas nem nos armazéns. O Rio de Janeiro e São Paulo são os únicos estados que não serão atingidos, porque a FAE atende a apenas 20% das necessidades; os restantes 80% da merenda são de responsabilidade das secretarias estaduais de Educação. Em todo país, 200 mil escolas serão prejudicadas. (JB - 23/08/88)

"Educar" não diminui analfabetismo

Três anos após sua criação para substituir o extinto Mobral, a Fundação Educar não conseguiu cumprir sua única tarefa: diminuir o contingente de analfabetos no país. Segundo a presidente da instituição, Leda Tajra, o número de analfabetos no país está, desde 1985, estacionado em 20 milhões de pessoas (28% da população). Em Alagoas, a situação é mais dramática: mais da metade da população maior de 14 anos não sabe ler nem escrever. Leda acha que o orçamento da Fundação este ano, cerca de Cz\$ 9 bilhões, é "insuficiente" para sua difícil tarefa.

Existem hoje no país mais de sete milhões de crianças em idade escolar fora as salas de aulas: "Não há escolas para todas, principalmente na zona rural e nas periferias das grandes cidades, onde o problema é mais grave", afirmou Leda. Apesar disso, ela garante que, em termos percentuais, o analfabetismo caiu em 2% nos últimos três anos, já que a população brasileira aumentou.

O orçamento da Fundação Educar vem da

contribuição de pessoas jurídicas que em suas declarações de renda destinam 2% do imposto devido para a entidade.

Leda Tajra garantiu que a Fundação Educar não será atingida pela Operação Desmonte que está promovendo cortes nos orçamentos das empresas públicas. Afirmou ter recebido promessa do próprio ministro da Educação, Hugo Napoleão, de que a instituição não será afetada em seu orçamento.

Rubem Alves, filósofo da Unicamp, de Campinas, que há 15 anos se dedica ao estudo da educação, disse acreditar que no Brasil existem mais que 20 milhões de analfabetos: "Acho que, na verdade, temos 110 milhões de analfabetos", afirmou. Apesar de considerar o problema relevante, Alves entende que o país tem coisas mais urgentes para resolver. "O país está um caos e não há como acabar com o analfabetismo apenas ensinando a assinar o nome e a ler instruções para operar máquinas", criticou. "Temos que ensinar a pensar". (JB - 27/08/88)

Professores do Rio votam pela continuidade da greve

Mais de cinco mil professores estaduais compareceram à assembleia da categoria, realizada dia 30 no Sambódromo, e votaram maciçamente pela continuidade do movimento. Cantando, em coro, que a culpa pela longa duração da greve era do Governo. Os grevistas resolveram realizar a próxima assembleia no dia 5 de setembro e decidiram que a vigília marcada para o Parque Guinle, residência do governador, se estenderia até lá.

Em apoio aos professores, compareceram também à assembleia alunos representantes de diversos colégios estaduais, além do Pre-

sidente da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Ames), Wladimir Valladares, e da Presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Carmelena Preira, que afirmou não reconhecer a legalidade da Associação dos Pais e Alunos em Favor da Escola Pública (Apaefep). Os professores foram em direção ao Parque Guinle, em Laranjeiras, Zona Sul, mas foram barrados por centenas de policiais militares. A vigília passou a ser feita no Largo do Machado, a cerca de 400 metros do Parque. (O Globo - 31/08/88)

Governo endurece e não paga professores em greve

A contratação, em regime de urgência, de pessoal docente e de apoio, a suspensão do pagamento do mês de setembro dos grevistas e a regularização do calendário escolar em toda a rede estadual foram as principais decisões anunciadas pelo Governador Moreira Franco, em cadeia de televisão, dia 30. As determinações constam de um Decreto e duas Resoluções, assinadas depois que os professores decidiram, em assembleia, manter a greve que completou 82 dias no dia 31.

O Decreto nº. 11.785, assinado pelo Governador Moreira Franco, autoriza a Fundação de Apoio à Esco-

la Pública (Faep) a contratar, em regime de urgência, professores de disciplinas que integram o currículo da 3ª série do Segundo Grau e pessoal de apoio. Os contratos terão prazo de vigência determinado: da data de sua formalização até o término do ano letivo de 1988, de acordo com o calendário a ser elaborado pela Secretaria estadual de Educação. O Decreto estabelece que aos novos contratados serão assegurados salários iguais aos dos demais servidores contratados pelo regime celetista em exercício nas escolas oficiais do Estado. (O Globo - 31/08/88)

Greve causa tensão no Paraná

Começa a ficar tenso o clima na Assembleia Legislativa do Paraná, onde pelo menos 150 professores estão sitiados desde a madrugada do dia 23, depois de terem tomado o prédio, há 11 dias. Eles protestam contra a falta de diálogo com o governo estadual, que se recusa a negociar com a categoria. Cerca de 65 mil professores estão em greve no Paraná desde o dia 5. Os manifestantes que permanecem na Assembleia acusam funcionários de praticar "terrorismo" ao adicionar laxante ao café e colocar lâ de vidro nas roupas enviadas aos grevistas.

O vice-presidente do núcleo de Curitiba da Associação dos Professores do Paraná (APP), Romeu Gomes de Miranda, disse que alguns manifestantes tiveram de receber auxílio médico e que o ex-presidente da entidade, Paulo Maia de Oliveira, precisou ser retirado do local. O café está sendo submetido a análise em três laboratórios da cidade. O professor Adir de Lima mostrou suas costas, feridas com lâ de vidro, e disse que a segurança da Assembleia colocou o produto também nas bordas dos vasos sanitários.

Os telefones da sala do plenário foram cortados e o único contato que os professores têm com o exterior se dá por meio de uma porta, que fica trancada e vigiada pelo pessoal da administração do prédio. Vários grevistas dividem espaço para olhar através de uma brecha na porta de vidro fosco, de onde assistiram dia 26 a mais uma passeata em frente ao edifício, desta vez promovida pelos funcionários da prefeitura, que também paralisaram suas atividades, em apoio ao movimento do magistério público.

O diretor-geral da Assembleia, Douglas Bukowski, rebateu todas as acusações feitas à segurança da Casa. Para ele, os grevistas sentem-se na necessidade de "criar fatos novos, fazendo provocações". Também considera "mentirosa" as denúncias feitas por Romeu de Miranda, de que os seguranças estejam andando ostensivamente armados dentro do edifício. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

Acontecendo

Efeitos da crise

Futuro incerto

Um levantamento entregue há dias à liderança do PMDB está tirando o sono de Ulysses; o partido corre o risco de só conquistar três das 23 prefeituras de capitais (Curitiba, Goiânia e Manaus), com a eleição for em um turno.

Se fosse em dois turnos, aumentariam as chances de ganhar também em Salvador, Belo Horizonte, Rio Branco, Teresina, Fortaleza, Natal e Campo Grande. (Painel FSP - 30/08/88)

"Reacionário"

Ao ler entrevista de Lula no "Correio Brasiliense", Flávio Telles de Menezes, da Sociedade Rural Brasileira, comentou:

"Isso mostra que o Lula é um homem civilizado e não é tão reacionário como dizem."

Para quem estranhou a palavra "reacionário", Menezes explicou:

"É que ele era reacionário de esquerda. (Painel FSP - 30/08/88)"

Lista de assinaturas

Já estão circulando as primeiras cédulas assinadas pela dupla Mailson da Nóbrega (ministro da Fazenda) e Elmo Camões (presidente do Banco Central).

É a sexta dupla do gênero a assinar dinheiro no governo Sarney. (Painel FSP - 30/08/88)

Nova cédula

Se não houver mudanças até lá, as novas cédulas de Cz\$ 5 mil entram em circulação até o final de setembro.

Desde o Plano Cruzado, aquele que se propôs a estabilizar a economia do país, o governo lançou as cédulas de 500, 1 mil e, agora, de Cz\$ 5 mil (Painel FSP - 30/08/88)

Guerra baiana - 1

Ao saber que Antônio Carlos Magalhães havia desistido de se candidatar a vice na chapa de Jânio à Presidência da República, para se candidatar ao governo da Bahia, o governador baiano Waldir Pires respondeu:

Vou torcer para isso realmente

acontecer. Vai ser a primeira vez na vida que ele disputará um cargo majoritário nas urnas. (Painel FSP - 30/08/88)

Guerra baiana - 2

De Antônio Carlos Magalhães, sobre a possibilidade de o governador Waldir Pires ser o vice de Mário Covas na chapa do PSDB à Presidência da República:

"Como baiano, acho muito bom. Só assim ele sai da Bahia." (Painel FSP - 30/08/88)

Dúvida de ACM

Indagado por um repórter, dia 29, no Rio, sobre uma inflação de 20% ao mês, Antônio Carlos Magalhães respondeu:

"É muito ruim. Mas como é que você vê o índice de 0,5% no Chile? Você acha bom?"

Ninguém entendeu se ACM estava defendendo a ditadura de Pinochet ou a "democracia" de Sarney. (Painel FSP - 30/08/88)

Queixas de Righi

O deputado Gastone Righi, líder do PTB, tem se queixado amargamente de Jânio.

Motivo: Jânio não fez maiores esforços junto a Sarney para que Righi fosse escolhido para o Ministério do Trabalho. (Painel FSP - 30/08/88)

Efeitos da crise

Políticos que tiveram nos últimos dias com Sarney ficaram preocupados com o estado de depressão do presidente.

Durante um desses encontros, Sarney queixou-se amargamente das críticas que tem recebido e desabafou:

"Já fiz tudo o que tinha para fazer. Não sei mais o que faço." (Painel FSP - 26/08/88)

Enigma oliva

Sarney não quis "papo" com os jornalistas, dia 25, ao término da solenidade do "Dia do Soldado".

Quando um deles levantou a voz, perguntando se o pagamento da URP congelada sai mesmo em setembro, o general Leônidas Pires foi em

socorro do presidente:

"Em setembro sai outra coisa..." (Painel FSP - 26/08/88)

Cinco no ar

A cruzada franciscana "é dando que se recebe" funcionou mais uma vez: o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), que votou nos cinco anos, acaba de ganhar um canal de TV em Londrina.

Será a quarta televisão de Pimentel no Paraná. (Painel FSP - 26/08/88)

"Trem" de Aluizio

Desafiada pelo ministro Aluizio Alves a apresentar provas do "emprego desvaivado" que diz existir no Ministério da Administração, a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) leu da tribuna, dia 25, o nome de 12 parentes de amigos do ministro que foram nomeados recentemente.

Com a ressalva de que a lista de passageiros desse "trem da alegria" é bem maior. (Painel FSP - 26/08/88)

Rei do "trem"

O deputado José Genoíno (PT-SP) decidiu criar dia 25 o "Troféu Rei do Apito", destinado a premiar o constituinte que conseguir implantar o maior trem da alegria da nova Constituinte.

Mas já advertiu aos demais candidatos que vai ser muito difícil ganhar do atual presidente do Senado, Humberto Lucena. (Painel FSP - 26/08/88)

De graça

Habitado o assédio de pedintes, o presidente Sarney foi surpreendido sexta-feira por um grupo de empresários gaúchos, levados ao Planalto pelo deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara.

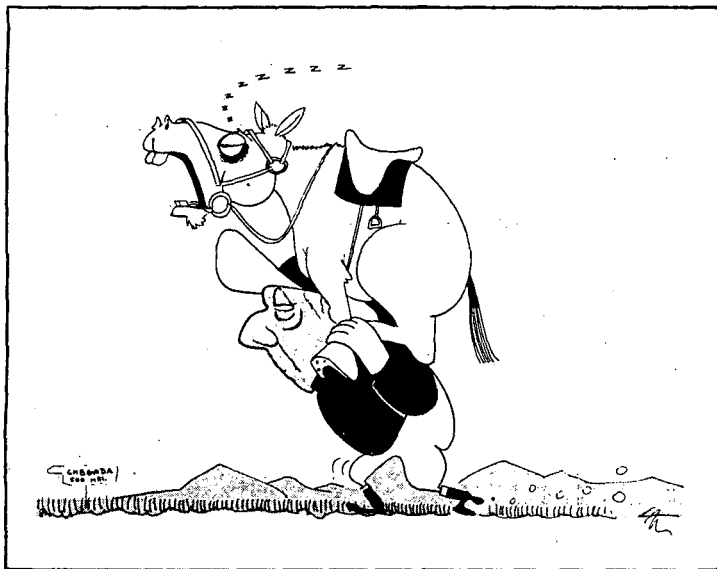
Os empresários queriam apenas a assinatura do presidente no protocolo internacional para a construção de uma ponte entre São Borja (RS) e Santo Thomé, na Argentina. Os empresários pagam a obra.

Sarney aceitou na hora.

Paternidade

O deputado Ulysses Guimarães

Lan



já disse que é pai e mãe da Constituinte. Mas o deputado Ricardo Fiúza (PMDB) está desconfiado de que a criança tem a cara do senador Mário Covas.

Explicação de Fiúza:

-Oitenta por cento dos relatores das comissões e subcomissões da Constituinte "tucanaram" (Canal 3 - Estádio - 28/08/88)

Bar Brasil

Foi de fazer inveja aos empresários festeiros Ricardo Amaral e Chico Recarey o coquetel oferecido dia 25 no Quartel-General do Exército, em Brasília, por ocasião do Dia do Soldado, com a presença do presidente José Sarney.

O ágape foi regado a legítimo uísque escocês - Johnnie Walker, rótulo preto - e vinho alemão.

O Ministro João Batista de Abreu, patrocinador da Operação Desmonte, preferiu beber água mineral. (Informe JB - 26/08/88)

Aliás

Do ministro João Batista de Abreu, ao comentar as incompreen-

sões a que está sujeito por causa dos cortes no orçamento da União para 89.

-Estou consciente do valor do meu trabalho. Infelizmente, alguns não dão valor, pois a Seplan não inaugura obras. Meu sonho era ter uma fita amarela para cortar. (Informe JB - 26/08/88)

De mãos dadas

O senador José Ignácio Ferreira - que preside a CPI da Corrupção - e o consultor Saulo Ramos estão trocando juras de amizade eterna. (Informe JB - 26/08/88)

Garimpeiros invadem a Venezuela

A expulsão dos garimpeiros brasileiros da reserva indígena Yanomami, em Roraima, pelos soldados das Forças Armadas provocou graves efeitos colaterais. Segundo o relatório entregue ao general Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, os brasileiros expulsos invadiram o território da Venezuela

para abrir frentes de garimpo na província de Bolívar e estão sofrendo perseguições dos soldados da Guarda Nacional venezuelana. (Veja - 55)

Emfa dá o calote nos recrutas

Enviados para a selva amazônica no início do ano, 46 médicos, dentistas e bioquímicos recrutados pelo Estado-Maior das Forças Armadas para prestar serviços no Projeto Calha Norte acabaram sendo vítimas de um calote salarial. Pelo acordo com o Emfa, esses profissionais, todos recém-formados, prestariam o serviço militar especial em troca de um salário que hoje corresponderia a 100.000 cruzados, mais uma diária de 5.000 cruzados. No final da temporada na selva, sairiam com a patente de primeiro-tenente. No entanto, o Emfa se recusa a pagar as diárias para os recrutas, sob a alegação de que o responsável por esse encargo é a Previdência Social. No total, a dívida já atinge 36 milhões de cruzados. (Veja - 55)

Barbalho ganha a concessão de TV

Duas semanas depois de trocar a Pasta da Reforma Agrária pela da Previdência Social, o ministro Jader Barbalho recebeu há poucos dias mais um presente do presidente Sarney. Por meio de decreto presidencial, Barbalho ganhou a concessão de um novo canal de televisão em Belém, que vai retransmitir as imagens da Rede Bandeirantes. Com o canal 10, o ministro da Previdência Social vai consolidando uma recente, mas forte rede de comunicação no Pará, onde já possui um jornal diário e duas emissoras de rádio. (VEJA - 26/08/88)

Cabo

O prefeito Jânio Quadros insiste em que não é candidato. Mas, ao seu estilo, trata de colecionar simpatias e futuros cabos eleitorais.

Com um cargo vago na prefeitura, ele telefonou há dias ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Pediu que fizesse uma indicação.

-Vou-lhe mandar uma lista triplíce - respondeu Leônidas.

-Mande um nome apenas, ministro, que será nomeado - rebateu Jânio. (Canal 13 = Estádio - 28/08/88)

Amazônia está queimando a uma velocidade incontornável

A Amazônia está queimando a uma velocidade incontornável. Foram 20 milhões de hectares no ano passado e essa cifra poderá se repetir, esse ano, se nenhuma medida de controle for tomada.

Denúncias com relação a esse crime já foram feitas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, em diferentes oportunidades. Em janeiro do ano passado, de posse de fotos da NASA, eles foram ao IBDF e pediram providências; e o Instituto de Estudos Amazônicos fez uma notificação judicial solicitando informações a respeito das medidas que o órgão estava tomando para evitar a destruição desse patrimônio.

Pela primeira vez na história, meios de comunicação de grande alcance como o Jornal da Tarde e o Estado de São Paulo, iniciaram a divulgação das imagens das queimadas com base nas informações existentes no INPE. Precisamos apoiar essa iniciativa e divulgar as informações contidas no jornal para o maior número possível de pessoas. A repercus-

são pública que essa iniciativa alcançar poderá ser decisiva para mudar a posição governamental com relação à Amazônia.

Mande uma correspondência urgente para os editores dos jornais apontando para a importância dessas informações e propondo que não sejam interrompidas enquanto não se conseguir criar uma resposta dos órgãos responsáveis e um impacto sobre a opinião pública. Informe também ao jornal a respeito das queimadas que estão acontecendo em sua área. Faça cópias e espalhe as matérias. Contamos com você.

JORNAL DA TARDE

Ruy Mesquita

O ESTADO DE SÃO PAULO

Júlio Cezar Mesquita

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 São Paulo, SP

Telex (011) 23511

Instituto de Estudos Amazônicos

Sudepe denuncia mortes por mercúrio

O rio Madeira, em Rondônia, está poluído com 78 toneladas de mercúrio utilizado nos garimpos de ouro. No rio Tapajós, no Pará, o quadro não é menos grave: um levantamento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), feito pelo técnico Carlos Maria Matos, mostra que pelo menos cem pessoas já morreram na região com sintomas evidentes de contaminação pelo mercúrio. As informações foram divulgadas dia 26 em Brasília pelo superintendente da Sudepe, Aécio Moura da Silva. Ele defende a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o problema.

Ao anunciar a realização de uma pesquisa na região do rio Madeira, com a colaboração da universidade de Brasília e do Departamento Nacional de Pesquisas de Recursos Minerais (DNPM), o superintendente da Sudepe informou que peixes deformados já foram encontrados no Madeira. "O mais grave é que o abastecimento de água em Porto Velho é feito a partir do rio Madeira e existem garimpos a um quilômetro da cidade", disse Aécio.

Para chegar ao cálculo estimado de 78 toneladas de mercúrio despejadas no rio Madeira, a Sudepe partiu da constatação de que, para a produção de ouro, são necessários de 1,5 a dois quilos de mercúrio. "Estima-se que a produção anual de ouro no Madeira seja 4,5 toneladas. Como a atividade tem sido intensa nos últimos dez anos, hoje o rio já está seriamente comprometido", afirmou o superintendente da Sudepe.

Ele defende maior participação dos órgãos de governo e da Polícia Federal para que o mercúrio seja controlado nos garimpos, pois há equipamentos que evitam a destruição do meio ambiente.

As áreas mais atingidas pela utilização indiscriminada do mercúrio estão na região do rio Tapajós, no Pará; no rio Peixoto de Azevedo, em Mato Grosso; no rio Paracatu, em Minas Gerais; e no Madeira. Um novo garimpo ameaça agora a mata atlântica em Cananéia, São Paulo. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

Goiás quer solução para lixo atômico

O governador de Goiás, Henrique Santillo, pediu dia 26 ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, solução urgente e definitiva para o lixo atômico acumulado com o acidente com a cápsula de césio 137 ocorrido em Goiânia em setembro passado. O governador alertou que pareceres técnicos

são unânimes em apontar a necessidade de remover esse lixo do depósito em Abadia de Goiás, num prazo que não ultrapasse em muito o período de um ano. O governador acusa o Congresso de omitir-se na questão. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

A comemoração de Madre Tereza

Madre Tereza (D), Prêmio Nobel da Paz de 1979, fez 78 anos dia 27, e passou o dia tratando normalmente dos pacientes internados no Nirmal Hridaya, o hospital fundado por ela em Calcu-

tá, Índia. O hospital - cujo nome significa "Lugar do coração puro" - completou 36 anos na semana passada. (O Estado de São Paulo - 28/08/88)

Vaticano inspeciona seminários

Quinze bispos brasileiros, nomeados pela Sagrada Congregação para a Educação Católica do Vaticano, começarão em setembro próximo uma "visita apostólica" de inspeção aos seminários católicos brasileiros, com o objetivo de analisar a formação dada aos futuros padres. É a primeira vez, na história dessas inspeções regulares aos seminários, que o Vaticano designou visitadores com base numa lista preliminar de nomes encaminhados por uma conferência episcopal, a CNBB.

O roteiro das visitas foi definido numa reunião em São Paulo, de 9 a 11 últimos, sob coordenação do bispo de Pelotas (RS), d. Jaime Chemello, responsável pelo clero e seminários na CNBB. O principal instrumento de trabalho dos inspetores será o "Manual do Visitador", com sete pági-

nas, definindo os objetivos, marcos referenciais e procedimentos da visita aos seminários.

São estes os inspetores e os Estados que visitarão até novembro: d. Ângelo Salvador (AM, AC, RR, RO); d. Paulo Eduardo Andrade, Ponte (PA e AP); d. Marcelo Carvalheira (CE); d. Vicente Zico (RN, PB, PE, EL); d. Ângelo Salvador (SE e BA); d. Vicente Zico (MA e PI); d. Fernando Figueiredo (RJ); d. Arnaldo Ribeiro e d. João Bosco Oliver de Faria (MG e ES); d. Vicente Zioni, d. Antônio Mucciolo e d. Emílio Pignoli (SP); d. Antônio Mucciolo e d. Mauro Krieger (PA); d. Lúcio Baumgartner e d. Murilo Krieger (RS); d. Ivo Lorscheiter (SC); d. José Belvino do Nascimento (GO) e d. Geraldo Majela Agnello (MT e MS). (Folha de São Paulo - 30/08/88)

Bispo de Cuba vai a Roma

Os sete bispos cubanos encerraram dia 29 sua visita ad limina (ao túmulo dos apóstolos) tradicionalmente feita a cada cinco anos pelos bispos de todo o mundo em comunhão com a Sé apostólica. Essa visita se desenvolveu, segundo observadores, num clima de melhorias das relações entre a Igreja Católica e o regime de Fidel Castro, ex-aluno dos jesuítas. Não obstante, ainda não há condições para uma visita do santo padre àquele país, assinala a agência Efe.

Faz mais de um ano que cerca de 20 sacerdotes foram autorizados a trabalhar em Cuba, assim como religiosas, notadamente da ordem caritativa de madre Teresa de Calcutá. A própria madre Teresa visitou a Ilha. Também monsenhor Boza Mavidal, expulso de Cuba pela revolução, pode visitar Havana, assim como o arcebispo de Nova York, cardeal O' Connor, e o superior geral dos jesuítas, padre Peter Hans Kolvenbach.

Espera-se até fins de novembro a visita do presidente da Conferência Episcopal da Alemanha Federal, dom Karl Lehmann, que assistirá a inauguração da nova sede da Conferência Episcopal cubana.

CNBB adia decisão sobre jornal nacional

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil adiou a decisão de lançamento de um jornal da Igreja. A CNBB também não tomou posição sobre a criação de uma agência internacional de notícias para a América Latina. Ao final do encontro dos 26 bispos do conselho permanente, foi divulgado um documento com duras críticas à esterilização das mulheres no Brasil, que atinge em Goiás, por exemplo, 70% da população feminina. Segundo o documento, o número de esterilizações praticadas na rede hospitalar contratada pela Previdência Social é "notório e escandaloso" e feito também nas próprias unidades do Inamps, de modo generalizado em todo o País. Por causa da esterilização, segundo a CNBB, a taxa de natalidade caiu de 44 por mil em 1980 para 29 por mil atualmente. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

Posseiros ocupam Monjolinho

Cerca de 70 famílias, assentadas provisoriamente na gleba Marcos Freire - considerada modelo de reforma agrária no País - ocuparam dia 26 a fazenda Monjolinho, da Rede Ferroviária Federal, a 150 quilômetros de Campo Grande.

Um pelotão de 300 Pms foi chamado para conter os colonos. Houve muitas vítimas. Mesmo assim a polícia acredita que os posseiros podem voltar ao local para uma nova invasão. (O Estado de São Paulo - 28/08/88)

UDR denuncia acampamento militar

O presidente regional da União Democrática Ruralista do Rio Grande do Sul, Gilberto Scopel de Moraes, acusou dia 26 o Movimento Estadual dos Agricultores Sem-Terra de manter em São Miguel das Missões um acampamento militar para promover a "desordem no campo". Segundo ele, o movimento tem

apoio financeiro de organizações do Exterior. Já o delegado de Polícia Federal de Santo Ângelo, Alciomar Goersch, descartou a existência de qualquer acampamento militar na região. O delegado disse não haver nada que justifique a acusação. (O Estado de São Paulo - 27/08/88)

Aumenta o êxodo rural no interior

Repetindo-se um fenômeno da seca em pleno período de inverno, está ocorrendo o êxodo rural em vários municípios do interior paraibano, para o Sul do País. Esse fato vem preocupando bastante as autoridades da região, que apontam a falta de obras públicas para oferecer trabalho aos agricultores, que sem condição de vida, estão imigran-

do para o sul do País, em busca de melhores meios para sobreviver.

A região do Cariri este ano, até que obteve uma boa safra agrícola, porém a maioria dos produtores foi obrigada a vender suas produções para pagar débitos contraídos nos anos anteriores, quando aqui se registrou uma grande temporada de seca. (O Norte)

Trabalhador rural diz que DRT não fiscaliza pisos

Recebendo até Cz\$ 250,00 por um dia de trabalho para conviver com uma inflação que, no mês de julho, chegou a ultrapassar os 24 por cento, os trabalhadores rurais de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, vêm enfrentando problemas decorrentes da falta de fiscalização por parte da Delegacia Regional do Trabalho - DRT, que desde o início da Nova República, não enviou seus fiscais uma única vez ao município.

Uma comissão de trabalhadores, liderada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, José Horácio da Silva, esteve na Delegacia do Trabalho onde solicitou que a fiscalização compareça com urgência ao local, pois a situação salarial "está simplesmente insuportável".

"Os empregadores é quem têm determinado o nosso piso e não têm pago o salário mínimo, num verdadeiro desrespeito às leis do trabalho", disse o presidente do sindicato, para quem o dissídio coletivo do ano passado não vem sendo cumprido, em praticamente todas as cláusulas aprovadas e acordadas com os empresários.

Com a promessa do delegado do trabalho de enviar na próxima semana, uma equipe de fiscais a Alagoa Grande, os trabalhadores esperam que cláusulas como o pagamento do piso salarial acrescido de mais 10 por cento e a jornada de 48 horas semanais sejam cumpridas. (O Norte)

Sem terra ocupam sede de projeto agrícola no Mato Grosso do Sul

Quase 1,5 mil trabalhadores que não têm terra - a maioria mulheres grávidas e crianças - invadiram a sede do projeto agrícola Santo Inácio, a 40 quilômetros de Campo Grande, mantendo presos, durante oito horas do dia 26, 12 funcionários da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários. Foram necessários 160 soldados da Polícia Militar para controlar a situação. Segundo o Secretário Aparício Rodrigues de Almeida, que divulgou a invasão somente dia 30, os trabalhadores desligaram o rádio e fecharam os acessos ao assentamento com troncos de madeira. Ele disse ainda que os colonos fecharam a cozinha do local, obrigando os servidores a um dia de jejum.

O Secretário afirmou que foi aberto um inquérito policial para apurar os responsáveis. Segundo ele, o episódio teve a intenção de mostrar o apoio dos trabalhadores à invasão da gleba Monjolinho, vizinha a Santo Inácio, por 120 colonos, que ocorreu no mesmo dia. Para o Secretário, esses colonos estariam inconformados com a demora na escolha das famílias que seriam assentadas.

Ainda conforme o Secretário, os policiais conseguiram controlar a situação sem violência. No entanto, os membros de uma comitiva de assentados que esteve dia 30 em Campo Grande têm outra versão dos fatos. Eles fizeram queixa na Delegacia Central de Polícia, denunciando o caso à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul.

Agressão

Segundo o líder dessa comitiva, Joarildo Silva Mendes, três gestantes, dois menores de idade e três homens ficaram gravemente feridos por golpes de cassetetes e pontapés dos PMs. Eles foram encaminhados ao Instituto Médico Legal para exame de corpo de delito. Entretanto, segundo informações da Delegacia Central de Polícia, onde a queixa foi registrada, não houve sinais aparentes de ferimentos em qualquer dos queixosos. (O Globo - 30/08/88)

“Brasiguaios” podem ser presos

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande (MS) divulgou nota afirmando que 450 famílias de trabalhadores rurais brasileiros que vivem no Paraguai - conhecidas como “brasiguaios” - estão sendo ameaçadas de prisão pelo juiz Abraham Rolón, da comarca de Ipieju, que deu ganho de causa ao fazendeiro brasileiro Heinz Martin Suthz, do município de Assis Chateaubriand, no Paraná, numa ação sobre o uso e a posse de terras.

Os agricultores vivem há 20 anos em terras do Departamento (Estado) de Kanendiyu, no Paraguai, na fronteira com o Paraná.

O Centro de Direitos Humanos de Campo Grande recebeu informações do Comitê de Igrejas, organismo ecumênico paraguaio formado pela Igreja Católica e igrejas evangélicas, de que mais 200 famílias de “brasiguaios” estão sendo ameaçadas por pistoleiros em fazendas paraguaias fronteiriças ao

Mato Grosso, cuja propriedade é reivindicada por fazendeiros brasileiros.

Apelo

Uma representante do centro, jornalista Cácia Cortez, de Campo Grande, esteve no Paraguai e trouxe um abaixo assinado dos “brasiguaios” pedindo “socorro” ao ministro das Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, e ao governador do Paraná, Álvaro Dias (PMDB).

Eles denunciaram, também, à enviada do Centro de Direitos Humanos de Campo Grande, que seus familiares estão sendo ameaçados de morte por pistoleiros, a serviço dos “grileiros” que querem expulsá-los das terras que ocupam. (Folha de S. Paulo - 29/08/88)

Honduras adverte os "contras"

Admitindo pela primeira vez oficialmente a presença de rebeldes nicaraguenses, em Honduras, o presidente José Azcona deu a entender dia 27 claramente que os contras terão de abandonar o território hondurenho se os Estados Unidos desistirem de ajudá-los econômica e militarmente. O presidente de Honduras deu entrevista coletiva ao regressar de

uma viagem a Houston, no Texas, para tratamento de uma rinite alérgica. "Sem apoio financeiro dos Estados Unidos, os contras não terão outra opção senão retornar à Nicarágua e integrar-se novamente à sociedade", acrescentou. (O Estado de São Paulo - 28/08/88)

Paz forçada, nova arma dos sandinistas

Depois de lançar sobre os contras as mais poderosas cargas de artilharias e de atacá-los com os mais modernos helicópteros de combate, sem conseguir derrotá-los, os líderes sandinistas parecem ter encontrado, finalmente, a melhor maneira de vencê-los: negar-se a combatê-los.

Desde 1º de abril vigora, na Nicarágua, uma paz forçada que, pouco a pouco, favorece os sandinistas, por minar o espírito de luta dos rebeldes. Oficialmente, as Forças Armadas manterão o cessar-fogo, negando-se a iniciar operações ofensivas, até o dia 31. Os contras disseram que não dispararão se não forem atacados.

Nas últimas semanas foram notados indícios de que as forças rebeldes talvez estejam enfrentando uma espécie de desintegração por causa da falta de ação unificada e do fim do estado de guerra permanente que os mantinham unidos.

Falta ajuda

A situação é particularmente difícil no sul da Nicarágua, onde, segundo estimativas, cerca de três mil combatentes anti-sandinistas estão sem alimentos e sem roupas. Muitos deles entraram em território da Costa Rica em busca de alimentos e se defrontaram com as forças de segurança daquele país. Para o presidente Oscar Arias, da Costa Rica, a situação é grave a ponto de os rebeldes precisarem de qualquer tipo de ajuda, "venha de onde vier". Ao

afirmar isso, ele deu a entender claramente que os Estados Unidos devem enviar ajuda humanitária, para evitar que centenas de homens morram de fome na selva.

Outros três mil combatentes da resistência nicaraguense atravessaram o rio Coco, entrando no norte de Honduras, em companhia de numerosos civis. Há poucos dias, 400 combatentes rebeldes participaram de uma parada militar numa de suas bases em Honduras, perto da fronteira com a Nicarágua, anunciando a decisão de renunciar à luta. Eles culpam os Estados Unidos por não darem a ajuda necessária "para se manter a pressão militar sobre o regime de Manágua".

As circunstâncias não poderiam ser mais promissoras para o regime sandinista. O vice-presidente da Nicarágua, Sérgio Ramirez, mostrou-se satisfeito e anunciou que seu governo está "analisando a situação". Os sandinistas abrandaram a repressão política nos últimos dias, autorizando a emissora de rádio da Igreja Católica a voltar a operar - ela estava proibida de funcionar desde 10 de julho. Também está sendo preparada a anistia para os líderes da oposição presos em Nandame, 70 Km a sudeste de Manágua, durante um comício.

Com toda certeza, o cessar-fogo unilateral será prorrogado, de 30 em 30 dias, até novembro, quando se saberá quem será o novo presidente dos Estados Unidos. (O Estado de S.P. - 28/08/88)

Marcha com 20 mil lembra Luther King

Mais de 20 mil pessoas participaram dia 27 da marcha do Monumento a Washington ao Memorial Lincoln, promovida para lembrar a passagem do 25º aniversário da passeata de 250 mil pessoas que percorreu o mesmo trajeto liderada pelo Pastor Martins Luther King, que fez o célebre discurso sobre seu sonho de que a discriminação racial acabasse.

- Estamos aqui hoje para dizer que não mudaremos, porque ainda temos um sonho. Sonhamos com uma nação onde negros e brancos, hispânicos, americanos-asiáticos, índios americanos vivam todos em igualdade, como irmãos e irmãs em uma comunidade de amor - disse Coretta King, a viúva do

líder pela igualdade de direitos.

Também discursaram dia 27 o Governador de Massachusetts, Michael Dukakis, candidato democrata à Presidência, e o líder pelos direitos civis Jesse Jackson. Em seu discurso, Dukakis afirmou:

- Devemos marchar até que o racismo, o anti-semitismo e a discriminação de todo tipo sejam banidas desta terra... e até que tenhamos um Presidente que compreenda e respeite a Constituição dos Estados Unidos.

O Vice-Presidente George Bush, convidado a participar da manifestação, estava no Texas, em campanha pela Presidência, mas enviou mensagem aos manifestantes. (O Globo - 28/08/88)

Colonos vão perder tempo na área dos Uru-Eu-Wau-Wau

Os colonos que estão retornando a áreas indígenas de onde foram retirados estão perdendo tempo, porque a Funai vai expulsá-los de novo. "A afirmação foi feita pelo administrador regional da Funai em Porto Velho, Amauri Vieira, ao comentar a decisão da Federação da Agricultura no

Estado de Rondônia - FAE- RON, de entrar com uma medida cautelar na justiça para garantir a volta e a permanência de 200 famílias que foram retiradas de uma área dos Uru-Eu-Wau-Wau, no município de Jaru, em fevereiro último. (Jornal da Manhã - 18/08/88)

Terenas prendem tratoristas que desmatavam suas terras

Cerca de 400 índios da tribo Terena, armados com ferramentas agrícolas apreenderam dia 16 três tratores que estavam desmatando áreas da Aldeia Água Azul e prenderam dois dos tratoristas, empregados do fazendeiro Geral-

do Correa, acusado de invadir terras indígenas.

O fato aconteceu no início da tarde e foi comunicado à Polícia Federal, que enviou 30 agentes para contornar a situação.

(O Globo - 17/08/88)

Índios mantêm três reféns

Cinquenta índios xicrin estão mantendo três madeireiros como reféns na reserva em Altamira (a 800 quilômetros de Belém) desde o dia 23, exigindo CZ\$ 1,5 milhão e uma lancha. Leonílio de Sousa, Raimundo de Lima e Agenor

Amaral foram capturados quando abriam uma clareira. Segundo o Administrador da Funai, Elimilton Alencar, os reféns queriam delimitar uma fazenda de onde roubariam madeira. (O Globo - 25/08/88)

Índios ocupam sede da Funai e exigem demissão do administrador

Continuavam irredutíveis até dia 19 os 30 índios parecidos que ocuparam a sede da administração regional da Funai no município de Tangará da Serra exigindo melhorias nos serviços de saúde prestados à comunidade e a demissão do administrador Benedito José de Oliveira. Os índios

não fizeram nenhum refém entre os funcionários do órgão, mas continuam controlando as instalações da administração regional, enquanto a Funai nega-se a negociar a demissão de Benedito de Oliveira e ameaça fechar a administração regional se o movimento persistir. (JB - 20/08/88)

Funai tenta explicar exploração de madeira em terra indígena

A Funai vai tentar provar em juízo que os contratos que havia assinado com 11 madeireiras no ano passado, autorizando-as a explorar madeiras em reservas indígenas de Rondônia e do Mato Grosso, e que foram anulados por uma liminar da seção judiciária da Justiça Federal em Cuiabá eram legais. A afirmação foi feita dia 11 pelo superintendente executivo da Fundação no Mato Grosso, Nilson Moreira, que além da transparência dos contratos, a Funai estava permitindo aos índios o usufruto das terras que ocupam, conforme prevê a lei.

Moreira manifestou-se favorável à oficialização da exploração das reservas florestais indígenas, justificando que "essa é a única saída para se por fim aos roubos, principalmente de madeiras de lei, das áreas que os índios desfrutam". (Correio do Brasil - 12/08/88)

CNBB denuncia matança

Em documento distribuído durante a reunião do seu conselho permanente, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) denunciou que "nunca tantos índios foram mortos, na história recente do Brasil, como nos últimos três anos". Segundo a CNBB, a violência contra a população indígena deve-se às iniciativas do próprio Governo. "As ações governamentais buscam antecipar-se à promulgação da nova Constituição, com o avanço do novo texto sendo inviabilizado na prática", diz a CNBB. (Última Hora - 25/08/88)

Caiapós prometem "abrir guerra" ao governo contra expulsão de índios

Os índios procuraram o advogado de defesa dos três acusados, José Carlos Castro, 49, para saber a probabilidade de vitória dos Caiapós no processo, iniciado com inquérito da superintendência da Polícia Federal, em Brasília que tramita na 3ª Vara Federal em Belém. Pintados em cores de guerra e armados com lanças, arcos e flexas, os índios ouviram do advogado que "apesar de constar no processo, a aplicação do estatuto dos estrangeiros ao índio é um absurdo, pois não se coaduna nem com a lei e nem com a tradição brasileira".

Dezesseis representantes da reserva indígena Caiapó, do sul do Pará, ameaçam dia 29 "abrir guerra" contra o governo brasileiro caso o processo movido contra os índios Paulinho Paiakan e Kube-I, baseado no estatuto dos estrangeiros, resulte em detenção (prevista de um a três anos) e expulsão do país. Os índios Paiakan, 35, e Kube-I, 34, foram enquadrados com o antropólogo norte-americano Darrel Posey, 41, em crime de natureza política por terem denunciado em janeiro passado, nos EUA, que a construção da hidrelétrica do Xingu fará desaparecer dez nações indígenas, com a inundação de 7,6 milhões de hectares.

Na primeira audiência de instrução e julgamento sexta-feira passada, apenas o antropólogo Posey e o índio Paiakan foram ouvidos pelo juiz Iran Nascimento. Kube-I encontra-se na reserva, situada nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira. O juiz pediu a Paiakan que o avisasse sobre a próxima audiência, em novembro, porque não há condições de notificá-lo na reserva por meio de um oficial de justiça. Após o depoimento de Kube-I, terá início a fase das testemunhas, e o advogado Castro já contactou com um dos diretores do Banco Mundial (Bird) para que depoe em defesa dos acusados.

O governo brasileiro conseguiu que a hidrelétrica Kararao-babaquara, conhecida como Xingu, fosse financiada pelo Bird a um custo de US\$ 16 bilhões. A primeira parcela, US\$ 250 mil, foi liberada no final do ano passado. A segunda, que seria em fevereiro, foi sustada depois da denúncia dos índios ao Bird e ao Departamento do Tesouro Norte Americano.

O antropólogo Posey disse que em 24 anos de estudos indígena nunca viu algo semelhante nas Américas. (Folha de São Paulo - 30/08/88)

Ticunas vão ao Rio denunciar massacre

Decorridos cinco meses após a chacina praticada contra os Ticuna, na foz do igarapé do Capacete Alto Amazonas, distante 1.000 quilômetros de Manaus, entre os quais cinco crianças, e feridos outros 22, representantes daquela população indígena estiveram na Assembléia Legislativa do Rio esperancosos de atrair a atenção das autoridades para o andamento do inquérito policial, aberto logo após a chacina, e que até hoje não foi concluído.

Acompanhada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho e das deputadas Lúcia Arruda (PT) e Jandira Feghalli (PC do B), a comissão Ticuna veio ao Rio com uma única finalidade: justiça, uma vez que o processo policial vai correr na própria Comarca de Benjamin Constant, segundo eles, sujeito às pressões diretas dos empresários e políticos locais.

Massacre

A visita da comissão Ticuna à Assembléia Legislativa ocorreu pouco antes do lançamento do dossiê

"A lágrima Ticuna é uma só", através do qual aquela comunidade indígena procura informar à opinião pública brasileira sobre as violências sofridas pelos Ticuna, cujos mortos foram atirados no Alto Solimões e seus corpos desapareceram levados pela correnteza.

Através da publicação do referido dossiê, os Ticuna descrevem detalhadamente como ocorreu o massacre, apontando os culpados, os motivos e suas consequências. Tudo começou por volta das 12 horas do dia 28 de março passado, quando cerca de 20 homens, armados com espingardas calibre 16 e metralhadoras, invadiram a casa do Ticuna Aseliars Flores Salvador, na localidade de São Leopoldo, no Município de Benjamin Constant, no exato momento em que o dono da casa e demais membros da comunidade discutiam a respeito do desaparecimento de um boi. Foi tudo muito rápido e os índios não tiveram tempo para se defender. Alguns minutos depois, os mortos foram arrastados e seus corpos atirados à correnteza do rio Solimões.